

TEXTOS

(Sugestões para seminários)

FRANCESES NO RIO DE JANEIRO

(Côn. J. C. Fernandes Pinheiro)

Reconhecemos, falando de Villegaignon, que os franceses sabiam muito melhor do que os portugueses captar a benevolência dos indígenas; e que unicamente às suas discórdias civis e dissensões religiosas devemos atribuir o não se haverem estabelecido com mais permanência na terra de Guanabara. Estamos porém convencido de que cedo ou tarde, teriam de abandonar a sua colônia, ou vendendo-a como fizeram com a Luisiânia, ou deixando-a perder como aconteceu com as suas feitorias nas Índias Orientais, ou, finalmente, revolucionando-a como sucedeu com o Haiti. É um fato reconhecido pelos seus próprios escritores que a nação francesa sabe conquistar com valor, e talvez mesmo fazer-se estimar pelos povos conquistados; mas lhe falta o talento de conservar as suas possessões, ou em resultado da natural inconstância que a caracteriza, ou porque os seus naturais tenham grande repugnância de se afastarem do solo natal.

Não é esta uma hipótese gratuita, pois que a História traz o seu valioso testemunho em prol do nosso asserto. Durante os caliginosos reinados de Carlos IX e de Henrique III, durante o sanguinolento período da *liga*, como poderia a França atender às necessidades da sua colônia de além-mar quando seu próprio território na Europa se via ameaçado ? Quando sem a timidez do Tibério do século XVI ter-lhe-ia a batalha de São Quintino aberto as portas de Paris ? Quem há aí que ignore quantos perigos correu a integridade francesa antes que as vitórias d'Arques e d'Ivry servissem de preliminares à paz de Vervins ?

Quando por uma feliz casualidade a nascente colônia guanabarense, entregue a seus fracos recursos, escapasse aos reiterados ataques da população portuguesa que a rodeava, atravessando-a destarte a violenta crise por que passava a metrópole, poderemos acreditar que não fosse mais tarde presa dos holandeses ou dos ingleses, que arrebataram aos sucessores de Dupleix, Bussy e Suffren as férteis regiões que possuíam na Ásia ? O que lhe resta do seu domínio na América senão algumas pequenas ilhas espalhadas pelo mar das Antilhas e a pestífera Caiena ? Antes que a marinha militar surgisse ao toque da vara mágica

de Colbert a **França Antártica** teria sido riscada do catálogo das suas colônias. Modernamente vimos que Argel, ligado a Paris pelos fios do telégrafo elétrico, foi por muito tempo reputado como inútil senão prejudicial, servindo apenas de vasto campo de Marte à metrópole onde adestrava suas legiões para enviá-las, como ainda há pouco o fez, ao **Bosphoro Cimmerico** ou ao **Chersoneso Cimbrico**. “Os franceses, diz o douto Cantu, nunca mostraram fundando colônias, a paciência tenaz e a constância intrépida dos espanhóis e dos holandeses.”

Procede a opinião favorável da contemplação dos abusos que praticaram os portugueses em nossa terra. Longe de dissimulá-los, fizemos expressa menção deles quando apontamos as causas do vagaroso incremento do Rio de Janeiro, fadado pela sua posição geográfica, para um rápido progresso. Sejamos porém justos, e confessemos à face do mundo, que da ignorância mais do que da má vontade dos nossos maiores proveio o estado de atraso em que o encontrou o sol do Ipiranga. Sofremos a aplicação dos errôneos princípios econômicos que então predominavam: o colono era uma espécie de servo de gleba para quem só havia deveres e não direitos, uma força produtora destinada a abastecer os mercados da metrópole. A idéia de chamar de algum modo à vida política e civil a homens de outra raça, reputados como infieis, e por isso fora das fronteiras da humanidade, era muito sutil para ser compreendida e praticada pelos governos dessa época. E, note-se, Portugal e Espanha eram, então, as duas primeiras nações da Europa, que sustinham em suas possantes destras os fanais da civilização.

Acerca do sistema colonial espanhol e português oiçamos o juízo que emite o grande economista italiano Rossi:

“No ponto de vista econômico foram estas colônias submetidas às regras do sistema mercantil. Ainda a tal respeito as máximas dos governos espanhol e português era as mesmas, com a única diferença de que o governo espanhol aplicava-as com mais zelosa severidade. A primeira dessas máximas era a absoluta exclusão de todo o estrangeiro: ninguém podia entrar numa colônia espanhola e, ainda menos, aí se estabelecer se não fosse espanhol. A importância dos seus capitais, a natureza dos seus talentos, o poder da sua indústria eram para o estrangeiro outros tantos motivos para se ver repellido dessas inóspitas terras. Não havia mesmo igualdade de direitos para o espanhol nascido nas colônias; também eles eram colocados numa ordem inferior aos nascidos na Europa.

As colônias não deveram produzir senão cousas cuja produção fosse necessária à mãe pátria, abstendo-se de tudo quanto esta lhe pudesse vender. Ter-se-ia arrancado o cepo da vinha que o colono plantasse e infligido um castigo a quem pretendesse naturalizar a oliveira. Assegurando-se assim dum mercado sem concorrência fixava a metrópole as condições dos seus escâmbios com as colônias.” (**Cours d’Economie Politique**, tome II, leçon XIVme.)

Só muito tarde a Holanda e a Inglaterra admitiram em suas possessões princípios mais liberais, devendo-lhes aquela a conservação de Sumatra, Bornéu, Java e das Molucas, e esta o seu vasto império indostânico, momentaneamente perturbado pela estulta e cruel revolta dos cipaios, e a fidelidade do Canadá, surdo às instigações dos ianques.

A ordem natural das cousas exige que as colônias se destaquem das suas metrópoles, assim como os filhos deixam a casa paterna quando emancipados. O Brasil teria de constituir-se uma nação independente; teria no futuro de separar-se de qualquer nação que o houvesse colonizado; resta examinarmos se nos seria mais proveitoso o fracionamento do território entre os franceses, holandeses e portugueses, ou se a união de todo o país debaixo duma só nacionalidade.

Não haverá um só brasileiro, verdadeiramente amante do seu país, que desejasse ver quebrado este **magnífico vaso de porcelana**, na expressão dum moderno escritor nosso (Visconde de São Leopoldo); que não agradeça à Providência Divina de ter-nos conservado essa integridade, base fundamental da nossa futura grandeza. Holandeses no norte, portugueses no centro, franceses no sul, seríamos fracos e desunidos; falaríamos três línguas, teríamos talvez duas religiões, e o gigante dos trópicos, que quiçá deterá um dia no istmo de Panamá a marcha invasora do audaz anglo-saxônico, fazendo recuar a águia do Mississípi, seria olhado com desprezo e nem sequer seria escutado nos conselhos da América.

A união religiosa e política do Brasil foi obra de Deus e não dos homens: foi o Céu que auxiliou aos Vieiras, aos Vidais, aos Camarões e aos Dias; foi ele que nos deu as vitórias de Guararapes e Guaxenduba, que subtraiu o Rio de Janeiro das mãos de Villegaignon, Duclerc e Duguay-Trouin. A despeito dos erros gravíssimos dos governantes o país crescia e prosperava; entregues a nós mesmos expulsamos do nosso solo o estrangeiro todas as vezes que nele quis estabelecer-se... Sem as fogueiras da Inquisição guardamos a nossa fé religiosa;

não respondemos ao apelo de Minas e Pernambuco quando nos convidaram a trocar o cetro e a coroa pelo barrete frígio; e só fomos não quando pudemos ser império.

Gloriemo-nos da nossa origem: somos os herdeiros do Gama; falamos a língua de Camões; e vemos sentado em nosso trono um neto de D. Manuel, o Venturoso. Somos uma raça vigorosa e inteligente; nascemos na terra da liberdade e fomos embalados com o hino da Independência. Sebastianópolis não tem saudades de Henriville; o Rio de Janeiro não lamenta a França Antártica.

(*A França Antártica*, em Rev. do Inst. Hist. Geogr. Brasileiro, tomo XXII, págs. 108 — 113. Rio de Janeiro, 1859).

*

A PRIMEIRA CONDIÇÃO DA SALVAÇÃO

(João de Constantinopla)

A primeira condição da salvação é guardar a regra da verdadeira fé, e não se afastar em nada da tradição dos Padres. E porque é impossível que a sentença de Nosso Senhor não se realize, quando ele disse: “Tu és Pedro, e sobre esta pedra edificarei a minha Igreja”, o fato justificou estas palavras, pois a religião católica sempre permaneceu inviolável na Sé Apostólica. Não querendo então nos afastar dessa fé, seguindo, ao contrário, em todas as coisas as determinações dos Padres, anatematizamos todas as heresias, principalmente o herege Nestório, outrora bispo de Constantinopla, condenado no concílio de Éfeso pelo bem-aventurado Celestino, Papa de Roma e pelo venerável Cirilo, Bispo de Alexandria; e com ele anatematizamos Eutique e Dióscoro, bispo de Alexandria, condenados no santo concílio de Calcedônia, o qual nós seguimos e abraçamos, e que, segundo o mesmo santo concílio de Nicéia pregou a fé dos apóstolos. Unimos no mesmo anátema e na mesma condenação o parricida Timóteo, cognominado Eluro, e seu discípulo em tudo, Pedro Monge, de Alexandria. Anatematizamos igualmente Acácio, outrora bispo de Constantinopla, tornado cúmplice e seu partidário, assim como aqueles que perseverarem em sua comunhão, pois abraçar a comunhão de alguém é merecer sorte semelhante. Do mesmo modo condenamos e anatematizamos Pedro, o Foulon, de Antióquia, com todos os deles. Também aprovamos e abraçamos todas as epístolas que o bem-aventurado Leão, Papa de Roma, escreveu da verdadeira fé. Por isso, como já foi dito e